

História do Ensino Primário na ilha da Madeira:

Uma escolarização lenta e desigual

History of Primary Education on the island of Madeira: A slow and uneven schooling

LUCIANA PAREDES¹

JUSTINO MAGALHÃES²

Resumo: A ilha da Madeira manteve elevadas taxas de analfabetismo até à segunda metade do século XX, de modo mais acentuado do que em Portugal Continental. Esse fenómeno estava associado ao lento e desigual desenvolvimento socioeconómico entre as diferentes localidades da Ilha. Também a escolarização foi irregular na oferta e na frequência. A construção de um sentido histórico, para compreender e aprofundar o conhecimento sobre a relação entre sociedade e escolarização na ilha da Madeira, pode obter-se a partir de uma observação que cruze escolarização e alfabetização. É essa observação que aqui se apresenta, estudando em termos estatísticos a evolução do Ensino Primário na Madeira e comparando os resultados com estudos realizados para todo o país.

Palavras-Chaves: Ilha da Madeira; História do Ensino Primário na ilha da Madeira; alfabetização.

Abstract: Illiteracy rates were consistently high in Madeira until the second half of the 20th century, even more so than in mainland Portugal. This phenomenon was associated with the slow and uneven socioeconomic development of the different communities throughout the island. The offer and frequency of schooling was also equally irregular. The construction of historical meaning aiming to understand the relationship between society and schooling in Madeira can be achieved comparing the data on schooling and literacy. The statistical observation presented in this paper is the evolution of Primary Schooling in Madeira, comparing data related to the islands and data related to the whole of Portugal.

Keywords: Madeira Island; History of Primary Schooling in Madeira Island; literacy.

¹ Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal.

² Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-9464-6782>.

1. Introdução

O principal objetivo deste estudo é dar a conhecer, compreendendo e explicando, a História do Ensino Primário na ilha da Madeira. A História do ensino na Madeira tem sido objeto de múltiplos estudos, mas torna-se necessário elaborar uma perspetiva na longa duração que possibilite articular, de modo criterioso, aqueles estudos e cruzá-los com outras dimensões da história da Ilha. Um dos desafios fundamentais da operação historiográfica é definir o sentido da História, nomeadamente se a realidade estudada evoluiu ou regrediu, se evoluiu continuamente ou com interrupções.

O estudo estatístico é tomado como base e ponto de partida para uma investigação sobre a História do Ensino Primário na Madeira no decurso dos séculos XIX e XX (até 1974). Os censos e as estatísticas são «fontes que, apresentando importantes diferenças entre si, têm em comum o facto de procurarem quantificar a vida, procurando introduzir critérios objectivos de governação na gestão económica, social e política» (Candeias, 2007: 23). Segundo Nickolas Rose (1999), «o termo “Censo” deriva de “Censor”, o funcionário que na administração romana “contava” os machos adultos e as suas propriedades com o fim de calcular os impostos a serem pagos à administração» (*apud* Candeias, 2007: 24). O mesmo autor defende que a palavra estatística tem origem na palavra «Estado».

Estes procedimentos de quantificação social, económica e política não são recentes. Grandes civilizações, como a suméria, a egípcia e a chinesa, já os utilizavam (Sousa, 1995). A complexificação da vida e a progressiva implementação da cultura escrita justificam o papel preponderante que a análise estatística foi conquistando ao longo do tempo. Foi o «Liberalismo, na sequência da aritmética política e da ciência cameral dos séculos XVII e XVIII, [que] usou a estatística como tecnologia de governo. [...] Melhor governar supunha melhor conhecer; e conhecer melhor supunha, mais e mais, tudo quantificar, cartografar e medir, de forma objetiva» (Branco, 2005: 385-386). Marcados pelo pensamento positivista, os liberais acreditavam na objetividade dos números. Ainda hoje se percebe que «para os governos, para os agentes económicos, para os parceiros sociais é fundamental dispor de informação estatística rigorosa, isenta e atempada, que a todos permita conhecer o presente e preparar o futuro» (INE, 2007, prefácio). No entanto, ninguém poderá dizer que os números traduzem realidades absolutas: o número por si só é um facto, mas a realidade que representa está aberta a diferentes interpretações.

Com base nos dados disponíveis, nomeadamente estatísticos, analisa-se a evolução do Ensino Primário na Madeira. Para obter uma ideia global do movimento dos alunos, das escolas e da população alfabetizada, cruzaram-se dados de várias fontes: *Censos*, *Anuários estatísticos* e *Estatísticas de Educação*. Nalguns

casos, foram incorporados dados colhidos nos *Relatórios estatísticos do estado da instrução pública, no distrito administrativo do Funchal*. A apresentação dos dados em tabelas e gráficos é acompanhada de uma análise crítica e da abertura para novas pesquisas.

Poderá haver algum ceticismo relativamente à fiabilidade das fontes escolhidas. Aliás, a publicação *Estatísticas de Educação de 1940* considerava que todos os estudos estatísticos anteriores a essa data não mereciam confiança para se realizar um estudo sobre os mesmos. «Para isso contribuíram não só as vicissitudes que atravessaram os serviços de estatística e o critério de exposição adoptado, mas também as modificações introduzidas na organização do ensino» (EE, 1940: 8-9). Ainda assim, é inegável que, como dados oficiais, serão as fontes mais confiáveis que existem.

2. Reformas liberais e ensino na ilha da Madeira

Para a história do Ensino Primário na Madeira, é possível dispor de dados estatísticos desde a década de 40 do século XIX, quando estava a ser implementada a reforma de Costa Cabral. No fomento do ensino notabilizou-se Silvestre Ribeiro, na função de governador civil. Silvestre Ribeiro, político e historiador português, teve ação notável na luta contra a gravíssima crise alimentar de 1846-1847 e na pacificação das graves desordens que se haviam gerado, em resultado da adesão ao protestantismo por parte de um numeroso grupo de madeirenses.

Além disto, Silvestre Ribeiro dedicou grande atenção às questões sociais e promoveu o fomento económico, criando instituições de beneficência, facilitando a abertura de vias de comunicação por toda a Ilha, investindo nas artes e na cultura. Grande defensor da instrução primária, fundou escolas e promoveu a inspeção das existentes. A *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro* enaltece os seus esforços no domínio da Educação: «Cabe ao Snr. J. S. Ribeiro a glória de ter estabelecido nove escholas do ensino primário nas Freguezias do *Curral das Freiras, Santo António da Serra, Gaula, Camacha, Seixal, Ponta do Pargo, Serra de Água, Quinta Grande e Boaventura*» (Blanc *et al.*, 1851: 11); «O Snr. J. S. Ribeiro mais de uma vez incitou os madeirenses a estabelecerem instituições de beneficência e literárias» (p. 17); «A famosa *Sala da Eschola* denominada *Lancasteriana*, carecia de grandes reparos [...] graças aos desvelos do Snr. J. S. Ribeiro – ahi está hoje essa Eschola, o mais vantajosamente disposta e brilhante» (p. 25).

A ação de Silvestre Ribeiro como publicista, reformador e governador civil, no fomento do ensino, foi ampliada por Marcelino Ribeiro de Mendonça, que se notabilizou na difusão e na melhoria da qualidade do ensino. Segundo o *Elucidário madeirense*, Marceliano não possuía curso superior nem universitário, no entanto, destacou-se pelo seu brilhante talento como professor e brilho intelectual, tendo adquirido

grande reputação por todo o país. «Exerceu entre nós os cargos de presidente da Câmara do Funchal, secretário-geral do Governo Civil, reitor e professor do Liceu, comissário dos estudos, vogal do conselho de distrito, além doutras comissões de serviço público» (Silva e Meneses, 1940, III: 211). Segundo Kemmler (2010), Ribeiro de Mendonça tornou-se reitor do liceu e, conseqüentemente, comissário dos estudos em 1850 – cargos que exerceu até à sua morte em 1866. Naturalmente que o facto de estar sediado no Funchal (especialmente com as limitações dos meios de comunicação então existentes) fazia com que a sua ação se fizesse sentir particularmente na capital de distrito.

Enquanto vereador-inspetor, foi responsável pela abertura das escolas municipais funchalenses nos anos 40 do século XIX, que inspecionava regularmente, garantindo a distribuição de material, a realização de exames e o zelo dos professores. Já como comissário dos estudos, realizou inspeções às escolas da Ilha, preocupou-se em abrir escolas femininas nos concelhos rurais onde estas não existiam e mantinha uma comunicação regular com os professores, por intermédio do periódico *Semanário Oficial*, onde publicava avisos, legislação educativa, conselhos aos professores e informação sobre métodos de ensino. Como forma de colmatar a falta de formação de professores, fundou uma associação de docentes onde se debatiam diferentes métodos de ensino:

uma associação de professores, que pausadamente estude e aprecie, em conferências regulares, os diversos methodos de ensino, – defeitos ou vantagens que tenha cada um – reforma ou melhoramentos que reclame. [...] D'esta associação sahirá – espero eu – um pensamento colectivo mas uniforme, que presidindo ao ensino de todas as escholas, dará ao methodo de cada professor a autoridade que alias não teria. (Ribeiro de Mendonça, 1854: 3)

É especialmente significativo o acima referido aumento do número de escolas, numa época de crise económica, marcada por fomes (em 1846 e 1847) e pela instabilidade revolucionária, no contexto da guerra da Patuleia, bem assim como pelos conflitos religiosos, gerados em torno do proselitismo do Dr. Robert Kalley.

3. Escolas: Análise global

A observação, na longa duração, sobre os totais da rede escolar revela que, com interrupção nas décadas de 60 e 70 do século XIX, entre 1845 e 1970, a oferta escolar não cessou de crescer. Revela também que esse crescimento foi mais regular em relação às escolas públicas. Relativamente às escolas privadas, para além de um crescimento mais irregular, há algumas lacunas na informação.

A figura 1 apresenta o número de escolas privadas e públicas existentes na ilha da Madeira entre 1845 e 1970. Estes dados foram recolhidos mediante cruzamento de diversas fontes. Os dados dos anos 1845 a 1864 foram

extraídos dos *Relatórios estatísticos do estado da instrução pública no distrito administrativo do Funchal*, por Lume (2016). Importa referir que o *Censo* de 1864 regista que, nesse ano, existiam 61 escolas em todo o Arquipélago, já os *relatórios estatísticos* elaborados pelos governadores civis da Madeira contabilizam

67 escolas. Optou-se por este último número, uma vez que os relatórios são mais descritivos do que o *Censo* – informam sobre quantas escolas estavam na dependência do Estado, dos municípios e de particulares, distinguindo-as quanto ao sexo dos alunos a que se destinavam.

Ano	Escolas Privadas	Escolas Públicas	Total
1845	1	29	30
1850	27	48	75
1864	16	51	67
1873		38	
1889	36	57	93
1900	32	69	101
1910		80	
1921		107	
1930		117	
1940	6	191*	197
1950	33	294*	327
1960	57	437*	494
1970	52	465	517

Fig. 1 – Número de escolas primárias existentes na Madeira de 1845 a 1970. *Inclui postos escolares.

Os dados de 1873 a 1930 são retirados dos *Anuários estatísticos*, cuja publicação se iniciou nos anos 70 do século XIX e «que nos passa[m] a fornecer com periodicidade, nem sempre regular como se desejaria, informações con-

cretas e sistematizadas, que se entenderá serem de confiança, relativamente ao número de escolas existentes, professores em exercício, grau de analfabetismo, etc.» (Carvalho, 2011: 613). Como seria de esperar, as variáveis em estudo foram sendo alteradas com o passar do tempo. Ainda assim, procurou-se

universalizar a informação estatística sob a forma de tabelas ou gráficos.

Já os dados de 1940 a 1970 provêm das *Estatísticas de Educação*, a que se deu preferência, por apresentarem dados mais pormenorizados do que os *Anuários estatísticos*, fornecendo material de estudo mais rico. Naturalmente, o facto de existir uma publicação autónoma cujo foco era a Educação fez com que nos *Anuários* se reduzisse a informação sobre a instrução ao estritamente necessário. Observando a tabela, conclui-se que, como referido, com exceção de um pequeno período na segunda metade do século XIX, a tendência foi de crescimento do número de escolas. Por outro lado, verifica-se que há quatro tempos em que esse crescimento foi mais acentuado: entre 1845 e 1850,

entre 1873 e 1889, entre 1930 e 1940 e ainda entre 1940 e 1950.

A figura 2 regista a evolução do número de escolas primárias do Arquipélago entre 1845 e 1970. É curiosa a evolução que se verifica durante a segunda metade do século XIX. De 1845 a 1850, há um incremento considerável no número de escolas, pois em apenas cinco anos o número de escolas mais que duplica (de 30 para 75). Este crescimento ocorre na sequência da reforma de Costa Cabral de 1844, do período da administração de José Silvestre Ribeiro enquanto governador civil do Distrito do Funchal (1846-1852) e ainda da ação de Marceliano Ribeiro de Mendonça, vereador inspetor das escolas do Funchal nos anos 40 do século XIX e comissário de estudos de 1850 a 1866.

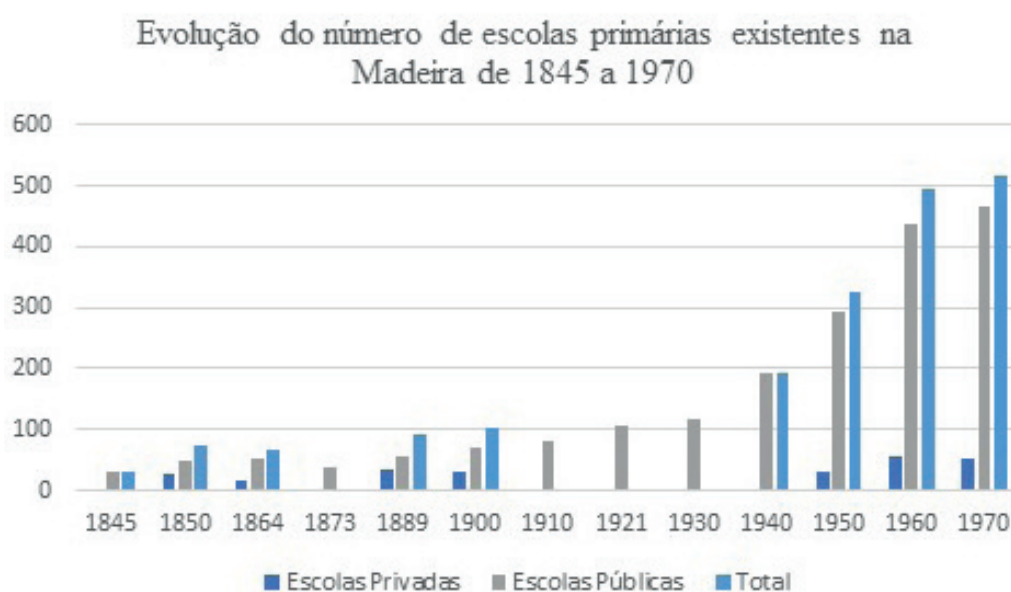


Fig. 2 – Evolução do número de escolas primárias existentes na Madeira de 1845 a 1970.

Nos 20 anos que se seguem a 1850, essa tendência para o crescimento foi invertida. O número de escolas particulares cai abruptamente.

tamente em 1864 (ainda que entrem em funcionamento mais três escolas públicas), também o número total de alunos (no público e no privado) diminui. De 1864 para 1873, o número de escolas públicas e alunos diminui. Já a partir de 1889, o número de escolas torna a aumentar de forma lenta, mas constante. A figura 1 apresenta algumas lacunas, uma vez que não se encontrou registo do número de escolas privadas existentes na região nos anos de 1873, 1910, 1921 e 1930. Convém ressaltar que o *Elucidário madeirense* (no artigo *Escolas Primárias*) dá conta do número de escolas particulares existentes em 1870 e 1918 – apenas três anos de diferença em relação a 1873 e 1921, respetivamente, pelo que o número de escolas não deve variar muito. Em 1870 existiam 48 escolas particulares (15 do sexo masculino e 33 do sexo feminino) e no ano de 1918 existiam 51 escolas privadas (40 para o sexo feminino e 11 para o masculino).

Observando a figura 2, verificamos que, durante a segunda metade do século XIX, a iniciativa privada tem um grande papel na alfabetização da população madeirense. Se considerarmos que a maioria das escolas particulares exigiam pagamento pela prestação dos seus serviços, estes dados podem sugerir grandes assimetrias sociais no acesso à escola: grande parte das crianças que iam à escola pertenceriam a classes possidentes. No entanto, também

existiam algumas escolas particulares que instruíam crianças desfavorecidas.

Infelizmente, como se referiu, não se encontrou o número de escolas particulares existentes nos anos de 1910 a 1930, mas os dados existentes de 1940 a 1970 parecem sugerir uma diminuição do movimento privado em relação ao número total de escolas. Note-se que as *Estatísticas de Educação* afirmam que apenas existiam 6 escolas particulares autorizadas em 1940. No entanto, na publicação seguinte das *EE* (1943-1944), regista-se a existência de 31 escolas primárias do ensino particular.

A surpreendente oscilação do número de estabelecimentos privados não permite deduzir conclusões claras sobre este movimento. De qualquer maneira, a iniciativa privada parte sempre da vontade individual ou de um grupo específico, portanto, não é tão informativa quanto ao valor que a sociedade em geral atribui à escolarização de toda a população. Já a iniciativa pública é reveladora da mentalidade da sociedade da época. Claro que numa época em que

a seara tem vastas proporções, os obreiros não abundam e bem necessário é aproveitar todas as oportunidades [...] o ensino público e o ensino particular não podem ser encarados como duas forças antagónicas; são atividades com igual finalidade, que se completam. (Silva, 1947: 35)

4. Ciclos históricos de escolarização

Esta observação, na longa duração, torna possível distinguir três grandes ciclos de escolarização na Madeira: um primeiro ciclo de intermitências no crescimento e alguns re- cuos, até à década de 80 do século XIX; um

crescimento progressivo, ainda que lento, desde as últimas décadas do século XIX e a década de 30 do século XX; um crescimento acentuado, a partir da década de 30. Esses ciclos ficam mais destacados na figura 3.

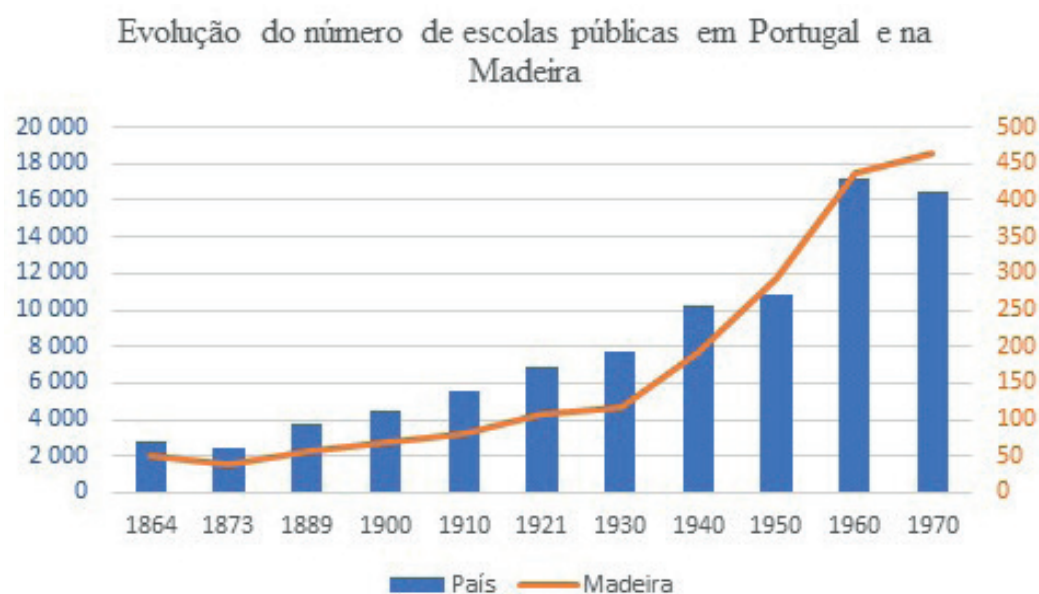


Fig. 3 – Comparação da evolução do número de escolas públicas em Portugal e na Madeira.

A figura 3 confirma também que o aumento do número de escolas públicas na Madeira teve uma evolução muito semelhante à de todo o país. Com exceção da pequena redução do número de escolas de 1864 para 1873 (que também se verifica em todo o país), houve claramente uma preocupação de ir dotando a Ilha de escolas primárias oficiais. De 1873 até 1930, o crescimento é muito lento, em média, há um aumento percentual de 26% no número de escolas, entre cada período temporal. A partir de 1930, o aumento ocorreu de forma exponencial e bastante mais acentuada

do que no resto do país – de 1930 a 1960, o número de escolas na Madeira aumentou, em média, 44% a cada dez anos, e no resto do país aumentou, em média, 27,38%, no mesmo intervalo de tempo. É provável que este incremento no número de escolas insulares se deva ao reforço da autonomia administrativa concedida à Junta Geral do Distrito do Funchal (nomeadamente na área da instrução), pelo Decreto Lei de 31 de julho de 1928. De facto, «a Junta Geral [tinha] a seu cargo desde Julho de 1928 o pagamento da totalidade dos vencimentos do professorado oficial do ensino primário (e) (concedia) anualmente subsídios a escolas particulares» (Silva, 1947: 7). É de crer que a

ação do Dr. Ângelo Augusto da Silva tenha sido importante na viabilização de tal aumento do número de escolas, uma vez que o governador do distrito, capitão Camacho de Freitas, o distinguiu como «o verdadeiro paladino da difusão do ensino» (BJG, 1955: 9). Ângelo Augusto da Silva foi professor e reitor do Liceu Jaime Moniz (1930-1966) e, conseqüentemente, o responsável pelo ensino em todo o distrito durante esse período. Acumulou funções como diretor da Escola do Magistério Primário, delegado provincial da Mocidade Portuguesa da Madeira e vogal da comissão executiva da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Foi-lhe atribuído o grau de comendador da Ordem de Instrução Pública, em homenagem às suas realizações e ao mérito revelado no desempenho da sua longa vida de professor.

Só depois de 1950, aquando da implementação do Plano de Educação Popular, é que o país acompanha o rápido ritmo de crescimento do número de escolas da Madeira. O crescimento do total de escolas foi praticamente ininterrupto, ainda que não tivesse havido uniformidade no tipo de escolas. A oferta contemplou também postos escolares e não cresceu a ritmo uniforme.

5. Frequência escolar – Análise global

Tendo concluído a observação sobre o crescimento da rede escolar, torna-se necessário perguntar se o movimento de alunos foi também de crescimento e se acompanhou o ritmo de crescimento do total de escolas. Numa primeira

aproximação, infere-se que as três grandes fases de crescimento da rede escolar também se aplicam ao crescimento do total de alunos.

A figura 4 apresenta o número de alunos matriculados em escolas privadas e públicas madeirenses entre 1845 e 1970. Estes dados foram obtidos através do cruzamento de vários documentos oficiais. As fontes são as mesmas utilizadas para a construção da figura 1: os dados dos anos 1845 e 1864 foram colhidos por Lume (2016) nos *Relatórios estatísticos do estado da instrução pública, no distrito administrativo do Funchal*; os dados para o período de 1873 a 1930 provêm dos *Anuários estatísticos* (com exceção do número de alunos de 1910, que foi extraído da publicação *Estatísticas do ensino oficial de 1910 a 1915*); finalmente, os dados dos anos 1940 a 1970 encontram-se nas *Estatísticas de Educação*.

Só pontualmente as fontes referem quantos destes alunos eram adultos: os números apresentados contemplam o número total de alunos, independentemente da sua idade. As *Estatísticas de Educação* de 1960 e 1970 apresentam em tabelas diferentes os alunos menores e os maiores de idade. Apesar de se entender que a soma, de ambos os valores, seria útil para verificar os totais, tal somatório não se fez porque as *Estatísticas de Educação* não distinguem os adultos inscritos no ensino privado dos inscritos no ensino público.

O número de alunos do ensino privado dos anos 1940 a 1970 inclui os alunos em ensino doméstico e, para 1940 e 1950, inclui ainda os alunos do ensino regimental.

Ano	Alunos em ensino privado	Alunos em ensino público	Total
1845			641
1850	524	2 577	3 101
1864	599	2 212	2 811
1873		1 432	
1889	1 262	2 811	4 073
1900	3 069	2 530	5 599
1910		3 627	
1921			
1930		5 467	
1940	1 577	9 241*	10 818
1950	4 292	17 441*	21 733
1960	4 174	26 207*	30 381
1970	4 118	32 809	36 927

Fig. 4 – Número de alunos no Ensino Primário, privado e público, da Madeira, de 1845 a 1970. *Inclui postos escolares.

A evolução do número de alunos segue, como seria de esperar, um trajeto muito semelhante ao do número de escolas. De 1845 a 1850 assiste-se a um crescimento assombroso, o número de escolas mais que duplica e o número de alunos mais que quadruplica! Já os 20 anos que se seguem a 1850 são de regressão, tanto quanto ao número de escolas como ao de

alunos em termos totais (ainda que o número de alunos na escola privada aumente ligeiramente de 1850 para 1864). A partir de 1889, o número de alunos passará a aumentar de forma lenta, mas constante.

A figura 5 compara a evolução do número de escolas oficiais e o número de alunos nelas inscritos, permitindo confirmar que o movimento é semelhante para as duas variáveis, com exceção de 1900 e de 1970.

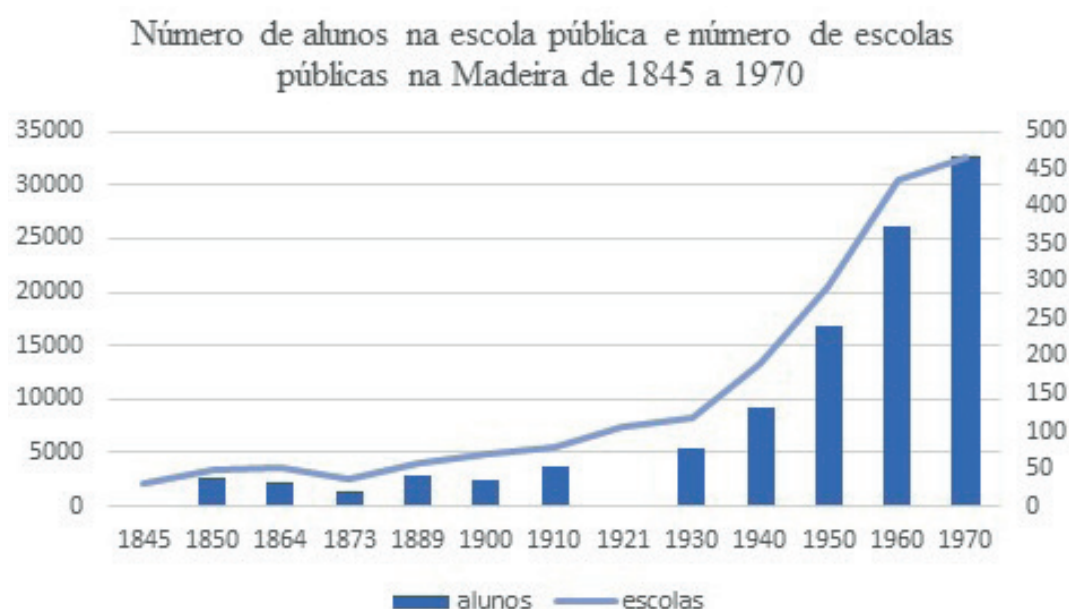


Fig. 5 – Evolução do número de escolas públicas madeirenses e alunos nelas inscritos de 1845 a 1970.

Percebe-se facilmente o crescimento na década de 1970. Em 1960, o Arquipélago já conseguia assegurar infraestruturas escolares para a maioria das crianças madeirenses, pelo que não havia necessidade de abrir grande quantidade de escolas. No entanto, o número de alunos continua a aumentar. A diminuição em 1900 não é fácil de explicar. Apesar de o Arquipélago contabilizar mais 12 escolas públicas (entre 1889 e 1900), o número de alunos inscritos nesta modalidade de ensino decresceu – de 2811 (em 1889) para 2530 (1900). O mesmo aconteceu no resto do país, cujo número total de alunos decresceu de 182.058 (em 1889) para 179.640 (em 1900). Apesar de ser uma diferença pequena, é significativa, especialmente porque contraria uma tendência de crescimento que seria expectável. Também Candeias (1996) verificou esta mesma situação:

Os dados obtidos pelo censo de 1900, comparados com os de 1890, demonstram uma estranha inflexão na frequência escolar das crianças em idade apropriada para o fazer. Os resultados foram já comparados com os dos *Anuários Estatísticos* por A. Candeias e parece haver algo de estranho com as categorias de instrução. (*apud* Candeias, 2007: 60)

Candeias (2007) acreditava que uma das explicações para este retrocesso pode estar relacionada com o facto de o inquérito ter sido alterado do censo de 1890 para 1900. Em 1890, perguntava-se aos responsáveis pelas crianças se estas frequentavam ou não a escola. Desde 1844 que a frequência escolar era obrigatória, estando previstas represálias para os adultos que não mandassem os seus dependentes para a escola (ainda que o cumprimento da lei neste ponto fosse difícil, senão mesmo impossível). Consequentemente, o referido autor conclui que «o súbito aumento de crianças alfabetizadas entre os

dez e os catorze anos que se registou no censo de 1890 [...] se deveu ao medo por parte de muitos pais em declararem, neste censo, que as suas crianças não frequentam a escola, desrespeitando assim a lei» (Candeias, 2007: 61). Em 1900, esta questão da frequência escolar deixa de constar no inquérito, sendo substituída por outra sobre as capacidades de leitura e escrita, o que justificaria um decréscimo do número de crianças escolarizadas.

No entanto, apesar de esta ser uma justificação plausível para os dados dos *Censos*, parece menos convincente para o caso dos *Anuários*, uma vez que, à partida, os dados seriam colhidos junto das instituições educativas. É possível que a redução do número de alunos fosse real e estivesse de alguma maneira relacionada com o Decreto de 3 de março de 1892, que,

Por necessidade de redução de despesas, conforme se declara oficialmente [...] estende largamente a sua asa destruidora e extingue simultaneamente as inspeções do ensino primário e secundário, subsídios diversos [...], os aumentos de vencimentos por diuturnidade de serviço, as gratificações de exame, o lugar de Comissário-Geral de Instrução Pública [...] reduz o número de escolas Normais, determina a gratuitidade dos serviços prestados pelo Conselho Superior de Instrução Pública, etc. (Carvalho, 2011: 627)

Até à publicação do Decreto Lei de 24 de dezembro de 1901, a situação não melhorou. Este desinvestimento na Educação por parte do Es-

tado pode bem justificar a redução do número de alunos nas escolas oficiais. A população cuja situação financeira o permitia optava por recorrer à escola particular. Todavia, enquanto isto é verdade para o Distrito do Funchal, não é verdade para o resto do país. De facto, não foram só as escolas oficiais portuguesas que perderam alunos, o mesmo aconteceu com as escolas particulares. Talvez a justificação não esteja diretamente (ou apenas) relacionada com o desinvestimento na Educação, mas sim com a grave crise financeira de finais do século XIX. Não é de admirar que numa conjuntura económica difícil a população mais pobre não tivesse meios para manter os filhos na escola e precisasse de os pôr a contribuir, trabalhando, para a economia familiar.

Por outro lado, o aumento do número de escolas patente na figura 1 poderia contrariar a hipótese acima equacionada. A menos que se considere a possibilidade de algumas dessas escolas, apesar de existirem, não terem funcionado em determinados anos letivos. De facto, os documentos oficiais registam, nos anos de 1873, 1910, 1921 e 1930, a existência de escolas que não estavam em atividade. Admita-se porventura que esse poderá ter sido o caso em 1900. Possivelmente, nem todas as escolas funcionaram nesse ano (infelizmente, o *Anuário* desse ano é omissa em relação ao tema). Estando esta suposição correta, é possível que fosse essa a razão pela qual o número de escolas madeirenses aumentou, enquanto o número de alunos diminuiu.

6. Interdependência entre escolarização e alfabetização

A análise da evolução do número de escolas primárias existentes e do número de alunos nelas inscritos adquire pleno sentido quando comparada com a evolução da taxa de alfabetização.

Observa-se que a alfabetização foi sobretudo produto da escola. Esta conclusão permite inferir que os fatores endógenos não eram um estímulo direto à aculturação escrita, surgindo a escola como um fator externo. Porventura, parte significativa dos escolarizados visava a emigração.

Para construir o gráfico na figura 6, utilizaram-se os dados calculados para todo o país no trabalho *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: Os censos e as estatísticas*, de António Candeias. Para averiguar o número de pessoas maiores de dez anos alfabetizadas, o autor, António Candeias, calculara a percentagem global de indivíduos capazes de ler e escrever e os números parciais de indivíduos masculinos e femininos com idades iguais ou superiores a dez anos, relativamente à população total de idade igual ou superior a dez anos.

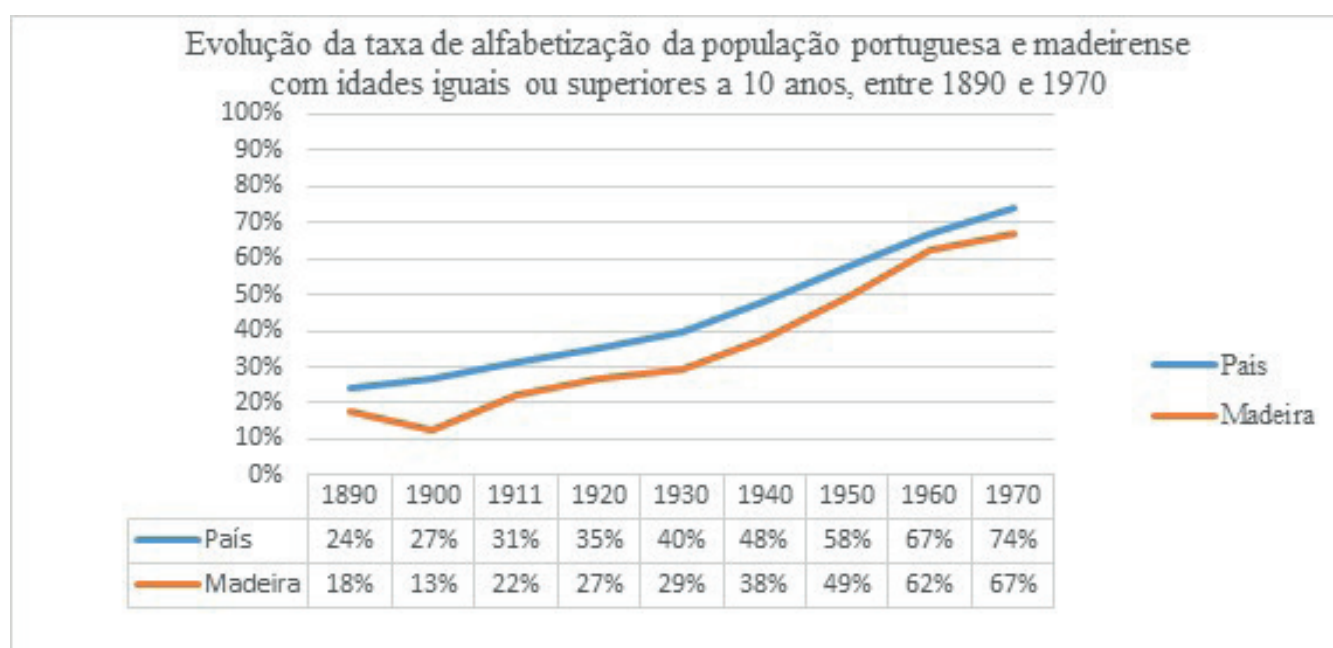


Fig. 6 – Comparação da evolução da taxa de alfabetização na Madeira e no país entre 1890 e 1970.

Os dados obtidos para a Madeira foram calculados da mesma maneira, com base na mesma fonte: *Censos*.

O gráfico permite tirar de imediato duas outras conclusões: a primeira é que a taxa de alfabetização na Madeira foi invariavelmente mais baixa do que a do resto do país; a segunda, que a evolução desta taxa é bastante mais ir-

regular na Madeira. De facto, não obstante a taxa de alfabetização, tanto na Madeira como no resto do país, crescer, em média, 6% a cada dez anos, o desvio padrão, no caso do Arquipélago, é bem maior (5%) do que em Portugal (2%). Curioso é sem dúvida o decréscimo que se verifica de 1890 para 1900, um decréscimo percentual de 5%. Ainda mais se tivermos em conta que, ao contrário do que aconteceu no resto do país, o número de crianças inscritas na escola entre 1889 e 1900 aumentou. Evidentemente, o facto de estarem inscritas na escola não significa que fossem contabilizadas como alfabetizadas. Ainda assim, não parece lógico que a taxa de alfabetização da população varie na proporção contrária à do número de crianças inscritas na escola.

Verifica-se também no gráfico que a partir de 1930 a taxa de alfabetização na Madeira cresce com maior velocidade e vai-se aproximando progressivamente da taxa de alfabetização do resto do país. Isto coaduna-se com o investimento feito primeiro pela Junta Geral do Distrito e depois pelo Governo Nacional, por intermédio do Plano de Educação Popular, para criar escolas e mandar todas as crianças à escola. No entanto, de 1960 para 1970 esse crescimento exponencial abrandou. Sendo plausível que nos anos 60 do século xx a Ilha fosse já capaz de assegurar o ensino primário a todas as crianças, faltava, no entanto, alfabetizar a população adulta que não tinha sido instruída. Os dados parecem sugerir que a Ma-

deira teve mais dificuldade em fazê-lo do que o resto do país.

7. Conclusão

Apesar de existir um paralelismo óbvio entre as duas cronologias e as duas realidades históricas, a História da Educação da Madeira não é, como se viu, o decalque da História da Educação em Portugal. Os dados apresentados facilitam uma análise panorâmica da realidade educativa regional, em termos numéricos apenas. No entanto, terão de ser contextualizados na realidade circunstancial do Arquipélago, nos séculos XIX e XX (até 1974). O ambiente geográfico, as condições socioeconómicas e a estrutura administrativa da Ilha são elementos imprescindíveis para a compreensão da evolução do processo de escolarização da população. A distância relativamente ao governo central explica, em parte, o atraso estrutural do Arquipélago; no entanto, as dificuldades de circulação dentro da própria Ilha foram as condicionantes que tiveram mais impacto no desenvolvimento da mesma. A orografia acidentada e as dificuldades de navegação tornavam distante o espaço mais imediato, o que prejudicava o progresso em todas as áreas, nomeadamente, no ensino. As barreiras impostas pela natureza também marcaram a mentalidade de pequenas comunidades que viviam isoladas umas das outras, dedicadas maioritariamente ao amanho da terra e cuja única perspetiva de fuga era a emigração – nem sempre possível, pois dependia

de apoios dos países de chegada (Hawaii, por exemplo) ou da disponibilidade financeira dos indivíduos/famílias. A economia de subsistência dos ilhéus era subsidiária de monoculturas, geradoras de assimetrias socioculturais. Neste contexto, a ação das estruturas administrativas locais – os municípios e a Junta Geral – foi determinante para ultrapassar o desafio da instrução pública e persuadir a população das vantagens desta.

Bibliografia

Manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, *Relatórios dos governadores civis sobre o estado da instrução pública no Districto do Funchal*, 1845, mç. 3539.

Impressa

Anuários estatísticos. (1875-1930);

Blanc, A., Veiga, J., Pestana, R., Teixeira, V. e Freitas, A. (1851). *Brevíssima resenha de alguns dos serviços que ao districto do Funchal tem prestado o conselheiro José Silvestre Ribeiro*. Typ. Nacional. Funchal;

BIG – Boletim da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. (1955). n.º 6;

Branco, R. (2005). Contar (com) as pessoas: O recenseamento geral da população de 1864. *Revista de História das Ideias*, **26**: 385-438;

Candeias, A. (coord.). (2007). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX: Os censos e as estatísticas*. (2.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;

Carvalho, R. (2011). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. (5.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa;

Censos. (1864-1970);

Estatísticas de Educação. (1940-1970);

Lume, F. (2016). A Junta Geral e a instrução pública madeirense (1836-1976). Em: Arquivo Regional da Madeira (ed.). *Junta Geral do Distrito do Funchal (1836-1976). Administração e História*. Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, Direção Regional da Cultura e Arquivo Regional da Madeira. Funchal. Vol. 1;

Ribeiro de Mendonça, M. (1854). Projecto de regulamento de uma associação de conferências sobre o ensino primário. *Semanario Oficial*, **23**, 3;

Silva, A. (1947). *Como resolver na Madeira o problema do ensino primário?* Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal. Funchal;

Silva, F. e Meneses, C. (1940). *Elucidário madeirense*. (2.ª ed.). Junta Geral do Distrito do Funchal. Funchal. Vols. I e III;

Sousa, A. (1995). *História da estatística em Portugal*. INE. Lisboa.

Digital

Instituto Nacional de Estatística (INE). *Setenta anos: O Instituto nacional de Estatística ao serviço da sociedade portuguesa (1935-2005)*. Acedido a 19 de maio de 2023, em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=267657&att_display=n&att_download=y;

Kemmler, R. (2010). A primeira gramática impressa na ilha da Madeira: Os *Principios de grammatica geral applicados á lingua latina* (Funchal, 1835). *BSEHL*, 7: 41-71. Acedido a 19 de maio de 2023, em: [Dialnet-APrimeiraGramaticalImpressaNallhaDeMadeira-3649692 \(3\).pdf](#).